



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI N.º 9.081, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de servidores junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - SEMAM, conforme abaixo especificado:

N.º de Cargos	Denominação da Categoria Funcional
01	Biólogo

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação de servidores, as atribuições, os vencimentos e demais peculiaridades do cargo constam na Lei Municipal nº 6.487 de 21 de março de 2012 (Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências), com alterações posteriores, para cargos de igual denominação.

Art. 3.º O contrato firmado em decorrência desta Lei terá a vigência de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197, da Lei Complementar nº 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências), a contar da assinatura do mesmo.

Art. 4.º O ocupante do cargo previsto no art. 1.º, terá os direitos constantes no art. 199, da Lei Complementar nº 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências).

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 1408, da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

RODRIGO GOMES  
MASSULO:024827  
57045

Assinado de forma digital  
por RODRIGO GOMES  
MASSULO:02482757045  
Dados: 2022.01.31  
10:20:39 -03'00'

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RUDINEI UBIRAJARA  
DOS  
SANTOS:00065580036

Assinado de forma digital por  
RUDINEI UBIRAJARA DOS  
SANTOS:00065580036  
Dados: 2022.01.28 20:17:49  
-03'00'

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

1120-Convênio Rota da Rapadura/FPE nº 460/2022  
 44.90.51-Obras e Instalações recurso  
 xxxx.....R\$ 466.888,52  
**TOTAL.....R\$ 466.888,52**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Suplementar previsto no artigo anterior, como contrapartida, a redução da seguinte dotação orçamentária conforme descrição:

03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04-DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
 000-Operações e Encargos Especiais  
 9999-Reserva de Contingência  
 99.99.99 - Reserva de Contingência e Reserva do RPPS(161).....R\$ 466.888,52  
**TOTAL.....R\$ 466.888,52**

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
 Prefeito Municipal  
 Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
 Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
 Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:0A55D9E7**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.080, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Abre Crédito Suplementar por

Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 8.872/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2022 a 2025, Lei Municipal nº 8.964/2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, e Lei Municipal nº 9.026/2021 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizada as aberturas de Créditos Suplementares por Redução, no valor de R\$ 268.555,89, conforme descrições:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA  
 03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
 0011-Pavimentação de Ruas e Avenidas  
 1065-Pav. da Estrada Sérgio Luckmann - Emenda Nº 202141210010 - Nereu Crispim cta 99006  
 44.90.51-Obras e Instalações  
 dot.(873).....R\$ 140.475,32

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA  
 03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
 0013-Construção de novos nichos para o Cemitério Municipal  
 1020-Ampliação do Cemitério Municipal  
 44.90.51-Obras e Instalações  
 dot.(877).....R\$ 128.080,57  
**TOTAL.....R\$ 268.555,89**

Art. 2.º Servirá de recursos para cobrir as aberturas dos Créditos Suplementares previsto no artigo anterior, as reduções das seguintes dotações orçamentárias conforme descrições:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
 0002-Gestão do Poder Executivo  
 2038-Manutenção do Departamento Municipal de Obras  
 44.90.51-Obras e Instalações  
 dot.(824).....R\$ 76.000,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
 0002-Gestão do Poder Executivo  
 2040-Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Rurais  
 33.90.30-Material de Consumo  
 dot.(852).....R\$ 104.475,32

03-SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04-DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
 0000-Operações e Encargos Especiais  
 2035-Liquidações de Precatórios e Sentenças Judiciais  
 31.90.91-Sentenças Judiciais  
 dot.(159).....R\$ 88.080,57

**TOTAL.....R\$ 268.555,89**

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
 Prefeito Municipal  
 Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
 Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
 Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:CD987F45**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.081, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de servidores junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - SEMAM, conforme abaixo especificado:

N.º de Cargos	Denominação da Categoria Funcional
01	Biólogo

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação de servidores, as atribuições, os vencimentos e demais peculiaridades do cargo constam na Lei Municipal nº 6.487 de 21 de março de 2012 (Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências), com alterações posteriores, para cargos de igual denominação.

Art. 3.º O contrato firmado em decorrência desta Lei terá a vigência de 6 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197, da Lei Complementar nº 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências), a contar da assinatura do mesmo.

Art. 4.º O ocupante do cargo previsto no art. 1.º, terá os direitos constantes no art. 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências).

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 1408, da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal  
Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:**4D6E16B1

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.082, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Institui o Programa Bolsa Patrocínio no Município de Santo Antônio da Patrulha, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha o Programa Bolsa Patrocínio, com o objetivo de beneficiar: estudantes, artistas e atletas municipais do desporto de rendimento não profissional, participando de competições ou eventos, como representantes do Município.

§1.º Para os fins desta Lei, considera-se desporto de rendimento não profissional aquele identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

§2.º Para fins desta lei, considera-se evento: festa, espetáculo, comemoração, solenidade e similares, com objetivos institucionais, comunitários ou promocionais.

Art. 2.º Os valores do benefício do Programa são divididos em 3 categorias: Educação, Cultura e Esporte e serão destinados durante o exercício fiscal, em até 10 (dez) parcelas mensais, mediante assinatura de Termo de Adesão ao Programa, a ser regulamentado por Decreto.

I - aos estudantes, artistas e atletas participando de competições ou eventos, de 12 (doze) anos a 18 (dezoito) anos, perfazendo 59,33 URM mensais;

II - aos estudantes, artistas e atletas participando de competições ou eventos, com 18 (dezoito) anos ou mais, perfazendo 118,66 URM mensais.

Art. 3.º O benefício será concedido aos estudantes participando de competições, artistas e atletas de rendimento não profissional com observância da seguinte ordem de preferência:

I – Competições e eventos internacionais;

II – Competições e eventos nacionais;

III – Competições e eventos estaduais;

Art. 4.º O número de candidatos contemplados por exercício será estipulado de acordo com a disponibilidade orçamentária municipal, sendo a concessão limitada a no máximo um beneficiário do sexo feminino e um beneficiário do sexo masculino, distribuídos nas seguintes categorias: Educação, Cultura e Esporte.

§ 1.º O recebimento do benefício é incompatível com o recebimento de qualquer outro tipo de bolsa ou auxílio de natureza pública de outro ente federativo.

§ 2.º Os candidatos ou seus representantes legais que se encontrarem em débito com a Fazenda Pública Municipal não poderão receber o benefício desta Lei enquanto a pendência não for quitada.

§ 3.º O recebimento do benefício não impede o beneficiário de receber da iniciativa privada incentivos materiais.

§ 4.º O recebimento do benefício não gera vínculo trabalhista ou de qualquer outra natureza entre os beneficiários e a Administração Pública Municipal.

Art. 5.º Para pleitear o benefício estudantes, artistas e atletas participando de competições ou eventos deverão atender aos seguintes requisitos:

I - para Bolsa Patrocínio no valor de 59,33 URM mensais: idade mínima de 12 (doze) anos e máxima de 18 (dezoito) anos; ser brasileiro nato ou naturalizado; ter domicílio no Município de Santo Antônio da Patrulha há no mínimo 02 (dois) anos; estar devidamente matriculado em instituição de ensino; não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação.

II - para Bolsa Patrocínio no valor de 118,66 URM mensais: idade mínima de 18 (dezoito) anos; ser brasileiro nato ou naturalizado; ter domicílio no Município de Santo Antônio da Patrulha há no mínimo 02 (dois) anos; não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação; não ter antecedentes criminais.

Art. 6.º O pedido para a concessão da Bolsa Patrocínio, a ser autuado em processo administrativo próprio, será protocolado, após a publicação de edital de chamamento público, ao Município, instruído com os seguintes documentos:

- cronograma anual do candidato;
- cópia de documento oficial civil de identificação;
- autorização, com firma reconhecida em Cartório, do responsável legal nas hipóteses em que o candidato for menor de 18 (dezoito) anos;
- cópia do título de eleitor, quando o candidato contar com 18 (dezoito) anos ou mais;
- comprovante de residência no Município de Santo Antônio da Patrulha, há no mínimo 02 (dois) anos;
- comprovante de matrícula em instituição de ensino para os menores de 18 (dezoito) anos;
- VIII - certidão negativa de débitos municipais.
- IX - atestado de antecedentes criminais no âmbito estadual e federal quando o candidato contar com 18 (dezoito) anos ou mais.

Art. 7.º São deveres dos beneficiários:

- para os estudantes, artistas e atletas participando de competições ou eventos, maiores de 18 (dezoito) anos, ministrar no mínimo 03 (três) palestras e /ou apresentações, no decorrer do ano, presencial ou *on line*, em escolas públicas ou outros espaços públicos, sobre sua atividade e sobre a importância social, sempre que requisitado pela Secretaria responsável;
- ceder os direitos de imagem ao Município de Santo Antônio da Patrulha;
- utilizar em suas redes sociais logotipo padrão disponibilizado pelo Município, conforme Decreto regulamentador.